

"A moratoria foi nosso maior erro"

Este foi o mea culpa de Sarney na reunião de anteontem. E agora o Brasil tem o apoio do Tesouro dos EUA.

Os problemas da dívida externa ocuparam um longo tempo da reunião ministerial de anteontem no Palácio do Planalto. Nela, o presidente José Sarney aproveitou para fazer um desabafo e um mea culpa: "A moratória da dívida externa foi o maior erro que nós já cometemos", ele reconheceu, após uma ampla exposição feita pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Como consequência da disposição de retomar o mais rápido possível a normalidade com o sistema financeiro internacional, o ministro da Fazenda anunciou durante a mesma reunião que dentro de quatro a seis semanas haverá um acordo definitivo com os credores. Ele informou também que o Tesouro norte-americano decidiu apoiar a negociação da dívida brasileira.

Em sua exposição, o ministro da Fazenda detalhou os prejuízos que a moratória trouxe ao País, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista político. Tecnicamente, o Brasil se viu obrigado a pagar spreads (taxas de risco) maiores, principalmente nas linhas de curto prazo; politicamente, a moratória difundiu um grande descrédito no governo brasileiro junto à comunidade financeira internacional, "arranhando" a imagem do País, que era considerado um bom pagador.

Mailson demonstrou, contudo, muito otimismo com relação às perspectivas de uma negociação da dívida externa do País com os credores privados, e quanto a uma nova fase de entendimento com os organismos oficiais, notadamente com o FMI — Fundo Monetário Internacional, Clube de Paris, Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid).

O ministro da Fazenda foi insistentemente interpelado pelo ministro da Cultura, Celso Furtado, que demonstrava temores com relação ao pagamento dos juros da dívida externa referentes ao mês de janeiro deste ano (de US\$ 350 milhões), diante dos baixos níveis de nossas reservas. Furtado queria saber do ministro se este pagamento não representaria um grave perigo para o País.

Mailson respondeu que o pagamento era simbólico, um gesto de boa vontade, e sinalizava que o Brasil tem o maior interesse em concluir as negociações. O pagamento foi da maior importância, disse ainda o ministro, para sensibilizar as autoridades do Tesouro norte-americano, dispostas, após o gesto brasileiro, a apoiar firmemente a negociação. Foi também uma resposta positiva para o comitê dos bancos privados que vem demonstrando, ao longo dos últimos dias de negociação, uma grande boa vontade.

O ministro da Fazenda explicou ainda na reunião — em resposta a uma outra questão do ministro Celso Furtado — que o governo não vai misturar as negociações com os credores privados e as feitas com o FMI.

Apreensão

O senador Itamar Franco criticou ontem no Senado a decisão do governo de efetuar o pagamento simbólico, lembrando que o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, assegurara à comissão da Dívida Externa do Senado que nenhum pagamento seria feito sem o acordo definitivo com os credores. Os senadores Carlos Chieffo (PFL-RS) e Fernando Henrique Cardoso (PDMB-SP), presidente e relator da Comissão, divulgaram nota ontem em que se dizem apreensivos com a evolução das negociações. Afirmam que a decisão de realizar o pagamento deveria ter passado antes pelo Congresso Nacional.

O Brasil, "um exemplo para os devedores".

O Brasil pagou aproximadamente US\$ 350 milhões, dos US\$ 940 milhões de juros vencidos em janeiro, durante todo o dia de ontem, em razão da diferença de fusos horários entre os credores dos Estados Unidos, Europa, Oriente Médio e Japão. E o País continuou negociando um acordo de médio prazo em duas reuniões com seus credores, em um novo clima, qualificado de "excelente".

A imprensa norte-americana publicou com destaque a notícia de que o Brasil renunciou à estratégia da moratória, adotada há um ano, com este pagamento — o quinto das últimas cinco semanas, somando US\$ 1,9 bilhão. The Washington Post, que abre seu caderno de economia com o Brasil na manchete, cita um banqueiro americano que diz: "O pagamento terá um efeito na maneira como os países devedores vêem o problema da dívida. Eles terão uma lição". No New York Times, a mesma preocupação é destacada: o Brasil pode influir "profundamente" como um exemplo para o Terceiro Mundo.

Para um funcionário do governo americano ouvido ontem "o Brasil demonstrou que só pode pagar um terço dos juros sem a ajuda de novos financiamentos dos bancos. Desta forma, reforçou sua posição nas negociações. Há uma diferença grande em dizer que só pode pagar um terço quando os credores emprestarem outros dois terços, e pagar aquele um terço independentemente de receber o restante". Para esta fonte, as negociações estão, no momento, concluindo uma avaliação da situação macroeconômica do Brasil. A partir daí, seria fixada a ajuda no pacote de médio prazo, que pode ser concluído até março.

"O Brasil quer US\$ 7 bilhões, mas os banqueiros acham esta quantia alta demais", explicou. Uma fonte brasileira o confirmou, acrescentando: "Você sabe que estimativas são estimativas. Você pega um balanço de pagamento, vai olhar a inflação mundial, a taxa de juro, o preço do petróleo... Cada um tira daí uma conclusão e a direciona para onde quer".

Esta mesma fonte explicou que os US\$ 85 milhões que foram contabilizados na nota oficial distribuída anteontem pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e pelo Comitê de Bancos Credores, em No-



Celso Furtado: apreensão. Sarney: alívio

EUA: O ALÍVIO.

As retaliações comerciais foram adiadas para um "futuro não imediato"

A divulgação da lista dos produtos brasileiros selecionados para a imposição de sobretaxas punitivas de 100% que era "imminente", ontem, acabou sofrendo um novo adiamento e "não sairá em futuro imediato", revelou ao JT uma fonte segura do governo americano.

"Sabemos que a incerteza agrava o problema dos produtores ameaçados, mas não podemos fazer nada", explicou a mesma fonte, acrescentando: "Em compensação, houve vazamentos da lista. Alguns produtores mais importantes já sabem, ou podem ter uma idéia se estão ou não listados".

Os vazamentos seriam da ordem de 50% a 75% da lista, como apurou o JT. A fonte que contou sobre o novo adiamento negou-se mesmo a lembrar quais foram, temendo dar "dicas" involuntariamente. Pelo que vazou, porém, a Embraer estaria fora, como os calçados e a cerâmica. Mas o Fox, o Voyage brasileiro exportado para os Estados Unidos, sofreria a punição por causa da política de informática brasileira. Só ele poderia representar mais da metade da lista, feita para alcançar o limite de US\$ 105 milhões, que é quanto a indústria de informática norte-americana calcula estar perdendo no Brasil.

Uma das origens do vazamento de que os aviões da Embraer estariam livres para voar para os Estados Unidos é atribuída à United Technologies. Mas ela desmentia, ontem, que soubesse qualquer coisa. Este

item da lista de 13 de novembro, que deveria ser confirmado ou não na seleção passada à Casa Branca, é considerado diferente de todos os outros, "porque os embarques são esporádicos", como lembrou uma fonte, acrescentando:

"Se a Embraer acredita na informação que recebeu, pode garantir a seus clientes que eles só pagarão o preço normal, passando então a despachar suas encomendas".

— Mas isto por quanto tempo? — perguntou o JT, lembrando que a expectativa da lista tem causado muita angústia e prejuízos entre exportadores brasileiros.

"Não sei", respondeu a fonte do governo americano. "Nossa posição é a de que não deve durar muito mais. Esta situação é ruim para o comércio e ruim politicamente, porque revela um governo muito indeciso".

"Lógica perversa"

No começo do dia, as fontes normalmente procuradas pela imprensa para informações sobre se a lista sairá ou não mantinham o suspense. Nenhum porta-voz se arriscava a garantir que a lista não sairia ontem, deixando subentendido que a qualquer momento ela poderia sair. Uma funcionária da USTR, o escritório comercial da Casa Branca, aumentou o suspense ao iniciar uma atualização de endereços, perguntando o número telefônico de quem possui máquinas para Fax, ou Fac-Símile.

Uma fonte brasileira lamentou, antecipadamente, a "lógica perversa" do governo americano, a que faz com que num dia ele saia e elogie a decisão do Brasil de retomar o pagamento dos juros, renunciando à estratégia da moratória, e noutro decida puni-lo com sanções comerciais: "O governo brasileiro tem demonstrado uma extrema boa vontade em negociar uma solução política para o caso. Pela lógica, isto deveria servir para desanuviar a tensão, mas eu temo uma lógica perversa, cuja fundamentação não chego nem a atinar".

O que teria acontecido durante o dia, que teve o poder de alterar o processo de retaliação até então iminente? Não houve, na verdade, a proclamação de uma trégua, só o aviso de que "não se deve esperar a divulgação da lista (dos produtos selecionados para a retaliação) num futuro imediato". A explicação foi de que o governo americano voltou a discutir o assunto. Os contatos do Departamento de Estado com o Itamaraty foram intensos, nos últimos dias, e o embaixador americano no Brasil, Harry Shlaudeman, encontrou-se com o presidente Sarney.

— Quanto tempo significa esse "futuro imediato"? — o JT perguntou.

"Não posso fixar", respondeu a fonte. Mas, diante da insistência, arriscou: "A lista não deve sair nos próximos dias".

Moisés Rabinovici, de Washington

O acerto com o Clube de Paris ficou mais fácil

Nenhuma data foi ainda fixada para a retomada das negociações oficiais entre o governo brasileiro e o Clube de Paris, apesar de contatos terem sido mantidos para que isso ocorra tão logo seja possível. Essa foi a única informação que os discretos e prudentes membros da secretaria do clube, no caso o Tesouro francês, admitiram revelar aos jornalistas, quando indagados sobre a disposição brasileira de iniciar uma negociação clássica com instituições financeiras internacionais do tipo FMI (Fundo Monetário Internacional) e o próprio Clube de Paris.

Esses contatos já vinham sendo mantidos pelos assessores do ministro da Fazenda, anterior, Bresser Pereira, mas acabaram sendo interrompidos com as modificações que ocorreram, na área econômico-financeira brasileira. Um primeiro encontro com a secretaria do Clube de Paris, não uma reunião para reescalonamento de nossa dívida garantida pelos governos, poderia ter ocorrido no final de janeiro se não

houvesse ocorrido a queda de Bresser Pereira.

Agora, com a decisão de mudança radical de orientação na política econômica, através do recurso ao FMI, a retomada dos contatos está facilitada, pois esse era o caminho indicado pelo próprio clube como condição indispensável para admitir uma reunião de negociação com os representantes do governo brasileiro.

De qualquer forma, a secretaria do clube prefere manter uma grande discrição quanto a qualquer comentário sobre uma possível negociação com o Brasil, reafirmando a regra básica que norteia seu comportamento, isto é, transferindo para o país devedor todo e qualquer comentário ou anúncio oficial na área de imprensa. O Clube de Paris, quando muito, publica um curto comunicado após as reuniões de negociação com os diversos países, anunciando a conclusão dos acordos, sem maiores detalhes. Em outras ocasiões, as conversações para uma retomada das negociações estiveram até mais adiantadas e acabaram sendo

comprometidas por mudanças de comportamento do governo brasileiro.

Na área dos bancos privados europeus, a notícia do pagamento dos 350 milhões de dólares, referente aos juros até janeiro, foi recebida com certo alívio e satisfação, pois indica o desejo das novas autoridades de resolver pelos meios clássicos o problema da dívida externa. Apesar disso, essas áreas continuam descartando a possibilidade de um acordo de longo prazo, plural, como desejava o Brasil, enquanto não se definir o quadro político institucional brasileiro. Elas esperam, antes de mais nada, que a Constituição seja aprovada e com ela solucionados os problemas do mandato do presidente da República e o sistema de governo, parlamentar ou presidencial. Por enquanto, ao que tudo indica, o interesse da comunidade financeira internacional é ir renovando acordos provisórios, nem mesmo admitindo acordos de médio prazo como o governo do Brasil vem reivindicando ultimamente.

Reail Júnior, de Paris.

Os credores, satisfeitos com a atitude brasileira.

O Comitê Assessor dos Bancos para o Brasil, representando cerca de 700 instituições credoras do País, enviou ontem nota à comunidade financeira internacional considerando "fato importante na normalização das relações entre Brasil e seus credores" o pagamento de US\$ 350 milhões de juros da dívida externa. Para o governo brasileiro, o comunicado reflete o bom clima existente nas negociações com os bancos e a confiança em um acordo a curto prazo.

Eis a íntegra da nota:

"Desejamos relatar os seguintes desenvolvimentos:

1 — O Comitê Assessor de Bancos para o Brasil tem continuado a reunir-se em Nova York desde 11 de janeiro de 1988. O senhor Fernando Milliet de Oliveira, presidente do Banco Central, o senhor Antônio de Pádua Seixas, diretor da dívida externa do Banco Central, e outros representantes do Banco Central e da República Federativa do Brasil estiveram presentes a algumas destas reuniões. Os representantes do Banco do Japão, do Banco da França, do Banco do Canadá, do Deutsche Bundesbank e do Banco de Reserva Federal de Nova York também estiveram presentes a uma ou mais destas reuniões.

2 — Nas três semanas de reuniões, o comitê e os representantes do Brasil avançaram em discussões com relação às neces-

sidades de financiamento externo do Brasil e sobre o programa concertado de financiamento a médio prazo. Entre os itens discutidos estão as necessidades de financiamento externo do Brasil, o papel das agências multilaterais e bilaterais no acordo do plano de financiamento, os métodos de reestruturação e os novos recursos — incluindo em cada caso um leque de opções: disposições contratuais para permitir a conversão de dívida em investimento, de dívida em dívida, e os empréstimos comerciais e bancários de curto prazo.

3 — O Comitê Assessor de Bancos se comprou em referir-se ao anúncio hoje de que o Brasil pagará amanhã, com recursos de suas reservas, aproximadamente US\$ 350 milhões, cobrindo juros anteriormente vencidos sob os acordos de empréstimos de 1984, 1985 e 1986 em 15 de janeiro de 1988. O senhor Milliet informou ao comitê que o Brasil decidiu fazer o pagamento de 15 de janeiro, em lugar de outros pagamentos também vencidos em janeiro, porque sob tais acordos de empréstimos um maior número de bancos credores receberiam fundos. O senhor Milliet disse também que o Brasil considera fazer outros pagamentos de juros vencidos em janeiro de 1988 na medida em que avancem as negociações do acordo de médio prazo.

4 — Além disso, o Brasil informou ao comitê do pagamento dos juros vencidos de

1 de outubro a 31 de dezembro de 1987 com relação ao endividamento a médio e longo prazos do Brasil, referentes a depósitos feitos no Banco Central do Brasil ou à dívida garantida pelo Brasil. A este respeito, o Brasil entregou um certificado ao agente do acordo de financiamento interino — datado de 15 de dezembro de 1987 — indicando que no final desse período já havia pago US\$ 1.518.633.910,63.

5 — Os bancos participantes do acordo de financiamento interino poderiam ter terminado seus compromissos, porque um protocolo para o acordo de médio prazo com o Brasil não foi acordado em 15 de janeiro de 1988. No entanto, o agente no âmbito do acordo informou ao comitê que tais bancos não terminaram seus compromissos. Assim, estes compromissos devem permanecer em vigor pelo menos até 15 de março de 1988, data em que uma massa crítica (como definido pelo acordo) com relação ao protocolo deve ser alcançada.

6 — O comitê considera os fatos descritos nos parágrafos 2 e 4 como avanços importantes na normalização das relações entre o Brasil e seus bancos credores. O comitê e os representantes do Brasil continuam suas discussões com relação às necessidades de financiamento externo do Brasil e o acordo de médio prazo, com vistas a concluir um protocolo a curto prazo."

va York, como "pagamentos não anunciados", são, na verdade, "um resto que ficou dos acertos de 1987". Admitiu que houve um erro no texto distribuído, que deveria apenas destacar que o dinheiro saiu das próprias reservas brasileiras, e não do pacote interino que foi assinado.

Os juros de janeiro já foram fixados em US\$ 765 milhões, em US\$ 852 milhões e em US\$ 940 milhões, por causa da oscilação provocada pelo pagamento de juros em três moedas. Qual seria a quantia certa? "Não temos o número exato", respondeu um negociador brasileiro, "mas você não estará cometendo nenhum erro se ficar entre US\$ 940 e US\$ 950 milhões".

A disposição dos negociadores brasileiros é de prosseguir o mais rapidamente possível na direção de um acordo. Por esta razão, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet — que voltaria para o Brasil nesta semana, como antecipou há alguns dias —, resolveu ficar em Nova York, com a família. Entre os negociadores, há quem acredite que um acordo esteja prestes a ser concluído, mas alguns prevêem passar o carnaval "no bloco dos banqueiros internacionais".

(M.R.)

O País não paga os juros. E perde US\$ 1 bilhão.

O custo financeiro da moratória decretada pelo Brasil em fevereiro de 87 poderá chegar a US\$ 1 bilhão, dependendo do acordo que for conseguido com os bancos credores. Esse é um dos motivos para a pressão do governo brasileiro em fechar um acordo de médio prazo com o comitê de bancos, segundo um assessor do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Ele disse ainda que o Brasil fez apenas um pagamento adicional de US\$ 80 milhões aos bancos em janeiro último e não dois pagamentos de US\$ 85 milhões, como informa a nota distribuída ontem em Nova York pelo comitê dos bancos.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tem outra explicação para a decisão do governo de suspender a moratória e pagar os juros: "É um gesto de boa vontade do Brasil e está sintonizado com o objetivo maior, que é obter um acordo de médio prazo com os credores". O ministro afirmou ainda que o interesse do governo é obter um reescalonamento compatível com o projeto de crescimento da economia brasileira.

Segundo o assessor de Mailson da Nóbrega, os US\$ 80 milhões pagos em janeiro cobriram a diferença de cálculo do câmbio dos juros durante o último trimestre de 87, cujo pagamento foi acertado no primeiro acordo interino negociado pela equipe do ex-ministro Bresser Pereira, no final do ano passado. A primeira estimativa desse total era de US\$ 1,5 bilhão, que seria dividida entre o governo brasileiro e os bancos credores: US\$ 500 milhões pagos pelo Brasil, retirados das reservas, e US\$ 1 bilhão refinanciado pelos bancos. Fechado o acordo, foi feito um primeiro desembolso de US\$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro, e um segundo de US\$ 360 milhões em janeiro. O Brasil, segundo o assessor, entrou com US\$ 460 milhões desse total e mesmo assim ficou com um "saldo" de US\$ 40 milhões sobre a estimativa inicial.

Nesse momento, teria sido encontrada a diferença de US\$ 80 milhões provocada, de acordo com a explicação do técnico da Fazenda, pelo fato de que os cálculos iniciais foram feitos em setembro, a partir do fechamento do câmbio no Banco Central para os pagamentos que seriam feitos apenas no último trimestre do ano. O Brasil pagou então os US\$ 80 milhões da diferença, elevando seu desembolso total nesse primeiro acordo a US\$ 540 milhões.

Iniciativa

O novo pagamento de US\$ 350 milhões tem o mérito de restaurar a iniciativa brasileira na negociação, acredita o assessor, garantindo que a idéia partiu dos representantes brasileiros, como alternativa à negociação de um novo acordo interino, que demoraria alguns meses. Mas ele não quis retomar a objeção, apresentada por um jornalista, de que esse pagamento nada mais é do que a aceitação de uma das primeiras exigências dos bancos credores na reabertura das negociações, no ano passado: de que o Brasil fizesse um "pagamento simbólico" de juros, desvinculado de qualquer contrapartida por parte dos bancos.

O assessor observou apenas que talvez, no ano passado, não houvesse vantagem alguma em fazer um pagamento desse tipo, agora, a vantagem seria acelerar a discussão de um acordo de médio prazo, que é o que realmente interessa ao governo brasileiro, e que já vem sendo negociado há alguns dias, de acordo com o técnico.

Esse acordo incluiria necessariamente os juros vencidos em 87 e a vencer em 88, e possivelmente os juros de 89, além de um reescalonamento do principal por um período além dos juros. Dessa forma, o governo brasileiro teria um horizonte mais longo para planejar a economia, já contando com a definição dos recursos externos que entrarão no País. E o Brasil se beneficiaria com a redução dos encargos financeiros da dívida reescalonada, e mesmo das linhas de curto prazo, para financiamento do comércio exterior e manutenção das agências bancárias brasileiras no estrangeiro, que ficaram de fora da moratória.

O assessor estima que o País poderá ter tido um "prejuízo" próximo a 1 bilhão de dólares com a moratória unilateral do pagamento dos juros, que "congelou" as negociações para o reescalonamento. Esse total dependerá das condições que os negociadores brasileiros ainda irão obter na negociação de médio prazo, mas o assessor considera razoável imaginar que o novo spread será inferior a 1%, contra os mais de 2% vigentes hoje. Além dessa redução, o governo continua a esperar algumas outras vantagens — "elementos novos", segundo o assessor —, que estariam ainda na mesa de discussões e não podem ser revelados.